



**GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI
CAMPUS PROFESSOR BARROS ARAÚJO
CURSO DE BACHARELADO EM JORNALISMO**



ANA VANESSA TORRES BARROS

**JORNALISMO E GÊNERO:
O QUE AS MULHERES DA PERIFERIA TÊM A DIZER?**

ANA VANESSA TORRES BARROS

**JORNALISMO E GÊNERO:
O QUE AS MULHERES DA PERIFERIA TÊM A DIZER?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Estadual do Piauí, campus professor Barros Araújo como requisito para aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II), do curso de Jornalismo

Orientador (a): Prof. Me. Flávio Menezes Santana

ANA VANESSA TORRES BARROS

**JORNALISMO E GÊNERO:
O QUE AS MULHERES DA PERIFERIA TÊM A DIZER?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Estadual do Piauí como requisito para aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II), do curso de Jornalismo.

Orientador: Prof. Me. Flávio Menezes Santana

Aprovado em __ / __ / __

BANCA EXAMINADORA

Prof. Flávio Menezes Santana (Uespi)
Orientador

Prof. Flávia Valéria Pereira Quirino (UnB)
Examinadora externa

Prof. Jaqueline da Silva Torres Cardoso (Uespi)
Examinadora interna

Picos/PI
2025

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por ter me guiado durante todo esse processo. Sem Ele, eu não teria chegado até aqui. Nos momentos mais difíceis, foi n'Ele que busquei refúgio e pude descansar.

À minha família: minha mãe, Janeide; minhas irmãs, Valéria e Lúcia; minhas primas, Hiandrey, Iraciane, Fabíola, Molyne e Fernanda; minhas tias, Edileusa e Marlinda; meu padrinho, Darlyson; e meu tio, Aldecy. Vocês foram meu alicerce, mesmo à distância, e tornaram minhas visitas a Salgueiro ainda mais leves e amorosas. Família é a base de tudo e vocês são a minha.

Flávio, este TCC é nosso. Sem suas orientações, eu não teria desenvolvido este, nem qualquer outro trabalho. Você esteve comigo desde o início da graduação e acreditou em mim quando eu mesma não acreditei. Você é o padrinho da minha jornada acadêmica, e eu não tenho como mensurar a sua importância para mim.

Aos meus amigos da faculdade e de Picos, Nathy, Rebeca, Davi, Josiana, Vívica, Matheus, Karen, Alisson, Marcos, João Pedro, Raí, Danilo, Victoria, Luís Kauê e Vanessa, vocês me acolheram e dividiram comigo as loucuras da graduação, do estágio, da vida pessoal e profissional, sempre com as melhores piadas e conselhos. Desejo a todos muito sucesso, vocês merecem. Aos meus amigos além da universidade e do Piauí, Tainá e Ynnayron, em cada ligação e mensagem pude sentir o amor e o carinho por mim. As correrias da vida nos distanciaram, mas apenas geograficamente. Mavi, você aguentou todo o meu estresse na reta final desse processo e sempre esteve de braços abertos – literalmente – para me acolher e enxugar minhas lágrimas.

Por fim, agradeço *in memoriam* ao meu pai, Acidouglas; aos meus avós paternos, Gilvanete (Dona Fia) e Alcindo; e aos meus avós maternos, Iraci e João. De algum lugar no universo, sei que zelam por mim.

RESUMO

Historicamente, a mulher tem sido vista de forma limitada e estereotipada em uma sociedade machista e patriarcal. A mídia, como agente na construção dos papéis sociais, influencia diretamente essa percepção, especialmente quando questões como vulnerabilidade e marginalização estão envolvidas. Neste sentido, esta pesquisa tem como objetivo analisar a percepção de mulheres do bairro Morada do Sol, em Picos/PI, sobre a perspectiva de gênero na cobertura jornalística local. Para isso, foram desenvolvidas entrevistas aprofundadas do tipo semiestruturadas com mulheres do bairro, analisadas a partir da proposta de Análise de Conteúdo (AC). Os resultados apontam que a cobertura jornalística local, em vez de contribuir para o empoderamento das mulheres da periferia, em especial do bairro Morada do Sol, reforça dinâmicas de silenciamento e exclusão. Conclui-se, portanto, que o jornalismo local precisa se repensar, rever suas práticas, escutas e escolhas editoriais.

Palavras-chave: Estudos de gênero; Jornalismo local; Periferia; Morada do Sol; Picos/PI.

ABSTRACT

Historically, women have been viewed in a limited and stereotypical way in a sexist and patriarchal society. The media, as an agent in the construction of social roles, directly influences this perception, especially when issues such as vulnerability and marginalization are involved. Therefore, this research aims to analyze the perception of women from the Morada do Sol neighborhood in Picos, Piauí, regarding the gender perspective in local news coverage. To this end, in-depth semi-structured interviews were conducted with women from the neighborhood, analyzed using Content Analysis (CA). The results indicate that local news coverage, instead of contributing to the empowerment of women in the periphery, especially in the Morada do Sol neighborhood, reinforces dynamics of silencing and exclusion. Therefore, it is concluded that local journalism needs to rethink itself, review its practices, listening, and editorial choices.

Keywords: Gender studies; Local journalism; Periphery; Morada do Sol; Picos, Piauí.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO | 6 |
| CAPÍTULO I. GÊNERO E INTERSECCIONALIDADE | 11 |
| CAPÍTULO II. JORNALISMO E ESTUDOS DE GÊNERO | 20 |
| CAPÍTULO III. O QUE MULHERES DO MORADA DO SOL TÊM A DIZER? | 29 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 39 |
| REFERÊNCIAS | 41 |
| APÊNDICE | 43 |

INTRODUÇÃO

Historicamente, a mulher tem sido vista como limitada, estereotipada e de forma subjugada na sociedade machista e patriarcal em que estamos inseridos. Reduzidas e restringidas a papéis domésticos, com acesso limitado à educação, diferentes trabalhos e política, atualmente, ocupando cargos de menor reconhecimento e produtividade, associadas a trabalhos informais e, conseqüentemente, menor remuneração¹ (Mazer, 2013).

No Brasil, o direito feminino ao estudo, além do ensino fundamental, só foi concedido em 15 de outubro de 1827, a partir da promulgação da Lei Geral. O direito de ingressar no ensino superior, apenas em 1879. Ainda mais tardio, o direito ao voto só foi conquistado em 24 de fevereiro de 1932, por meio do Decreto 21.076, durante o governo Vargas.

Essas conquistas são fruto de uma luta histórica que tem buscado o reconhecimento, e se faz necessária até a atualidade, ainda que os direitos das mulheres estejam garantidos na legislação. São avanços significativos para o alcance da emancipação feminina, além de contribuir na luta pela igualdade de gênero e empoderamento. Entretanto, apesar dos alcances, historicamente as mulheres carregam o peso das divisões sociais de gênero que ditam relações de poder e estruturam a sociedade (Mazer, 2013).

Essas relações de poder são fortalecidas pela intersecção e unificação de “categorias de divisão” presentes na sociedade, sejam elas de gênero, raça, cor da pele, escolaridade, das quais cada mulher faz parte.

(...) as relações de poder que envolvem raça, classe e gênero, por exemplo, não se manifestam como entidades distintas e mutuamente excludentes. De fato, essas categorias se sobrepõem e funcionam de maneira unificada. Além disso, apesar de geralmente invisíveis, essas relações interseccionais de poder afetam todos os aspectos do convívio social (Collins; Bilge, 2020, p. 17).

¹ De acordo como Ministério do Trabalho e Emprego, as mulheres ganham 20,7% a menos que homens no Brasil, uma diferença que aumentou desde março, em que a diferença era de 19,4%. Mulheres negras, principalmente, ganham ainda menos que homens em igual cargo; em cargos de direção e gerência, a distância também é maior. Conferir em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/09/18/diferenca-aumenta-e-mulheres-ganham-207percent-a-menos-que-homens-no-brasil-no-setor-privado-diz-relatorio-do-governo.ghtml>.

Neste caso, essas categorias, quando unificadas, exercem e reforçam a opressão de classe, gênero, raça, etnia etc. A teoria da interseccionalidade estuda e ajuda a identificar essas relações, seus reflexos na sociedade e o impacto na vida dos indivíduos que são discriminados apenas por ser parte dessas intersecções. Não apenas em sociedade, essas opressões e categorizações são reforçadas, também, na mídia, seja no rádio, na TV ou nas plataformas de mídia, até porque o desenvolvimento capitalista é propulsor do que já está construído hegemonicamente (Bolaño, 1999).

A mídia desempenha um papel fundamental na construção da imagem da mulher, influenciando diretamente na forma como as mulheres são percebidas e representadas na sociedade, pois é responsável pela produção de sentidos. Segundo Silveira (2019), a perpetuação dos estereótipos na construção da imagem da mulher – seja no fotojornalismo ou na percepção da mulher como um ser político – impede a compreensão da totalidade feminina e mantém as relações de poder e desigualdade. No contexto brasileiro, o jornalismo e a mídia reproduzem estereótipos de gênero, perpetuam padrões de beleza irreais, a objetificação da mulher e reforçam as ideias de papéis de gênero (Mazer, 2013).

O sistema capitalista perpetua desigualdades sociais por se estruturar na exploração de grupos vulneráveis e na naturalização de hierarquias como gênero, classe e raça (Dancosky *et al.*, 2022). Nesse contexto, as mulheres, sobretudo as negras e periféricas, ocupam as posições mais precárias no mercado de trabalho, recebendo baixos salários e enfrentando constante desvalorização. Suas imagens e vivências são frequentemente exploradas para gerar lucro, reforçando estereótipos e invisibilizando suas realidades. A mídia, ao replicar padrões de beleza e representar as mulheres de maneira limitada, também contribui para esse ciclo, fortalecendo um sistema que se alimenta das desigualdades para perpetuar sua estrutura.

Por isso, não se pode falar de opressão de gênero sem considerar a influência do capitalismo na forma como essas desigualdades se organizam. A exclusão das mulheres periféricas na cobertura jornalística faz parte de um sistema mais amplo, que escolhe quem deve ou não ser ouvido. A mídia, nesse contexto, não apenas informa, mas também reforça as estruturas de poder existentes, ajudando a manter uma lógica que favorece alguns e silencia outros, especialmente quando se trata de mulheres, pessoas negras e classes populares.

Além disso, Mazer (2013, p. 96) coloca que alguns estereótipos são repassados de geração em geração enquanto outros mudam ao longo do tempo e a constante reprodução pode levar aos mais diversos tipos de violência. A mídia, nesse sentido, é responsável pela reprodução de estereótipos, especialmente a estereotipação feminina. Mulheres constantemente tratadas como objetos de desejos e conseqüentemente descartáveis, uma vez que o erotismo ligado à imagem feminina promove a visão da mulher como ser usado apenas para satisfação e prazer masculino.

A cidade de Picos, no interior do Piauí, segundo dados do último censo do IBGE, tem cerca de 83 mil habitantes, sendo a terceira maior cidade do estado. O município desenvolve importante papel na distribuição de notícias na região centro-sul, possuindo uma estrutura de mídia que conta com rádios, portais e canais de televisão pública e privada.

A macrorregião de Picos depende dos veículos de comunicação da cidade para se informar, o que a torna a principal responsável por construir o social e imaginário da população. Entretanto, essa construção sofre interferências, visto que os veículos de comunicação da cidade possuem parcerias político-partidárias e empresariais que influenciam a seleção e abordagem das informações a serem publicadas (Barros; Santana, 2023).

Essa perspectiva se baseia na ideia de que “a inclinação dos *media* (meios de comunicação) é reproduzir o campo ideológico da sociedade em tal forma que reproduz, também, sua estrutura de dominação” (Escosteguy, 2001, p. 71). Desta forma, torna-se importante avaliar se a atuação dos meios de comunicação picoenses tem influenciado a estrutura de dominação já existente no local, reforçando – conscientemente ou não – as relações hierárquicas de poder que promovem desigualdades sociais, econômicas, de gênero, raciais etc.

O bairro Morada do Sol, na cidade de Picos/Piauí, é um bairro marginalizado, já que, segundo seus moradores e moradoras, tem sido ignorado pelas autoridades picoenses. Marcado por uma forte desigualdade social, a localidade sofre com a falta de infraestrutura, ruas sem calçamento, saneamento básico, acesso à água potável e moradias de baixa infraestrutura. Além disso, a comunidade reclama da atuação jornalística no bairro. “De acordo com moradoras e moradores da localidade, a mídia local só aparece em situações de calamidade pública, como enchentes, desabamentos, homicídio e latrocínio” (Barros; Santana, 2023, p. 2).

Levando em consideração a estruturação midiática da cidade de Picos, a falta de acesso democrático à informação e a marginalização do bairro Morada Sol, em especial a perspectiva das mulheres sobre a atuação jornalística na cidade, uma pergunta central guia este trabalho: qual a percepção de mulheres do Morada do Sol sobre a perspectiva de gênero na cobertura jornalística?

A partir desta pergunta, o objetivo geral desta pesquisa é analisar a percepção de mulheres do Morada do Sol sobre a perspectiva de gênero na cobertura jornalística local. Para chegar a uma resposta, faz-se necessário discutir as implicações da noção de gênero e interseccionalidade em contexto de vulnerabilidade social, compreender como a prática jornalística tem trabalhado a perspectiva de gênero e apresentar como o bairro Morada do Sol estrutura a sua realidade.

A pesquisa bibliográfica é importante para fundamentar, explicar e embasar os argumentos colocados e destrinchados ao longo do trabalho. Para entender as bases e direcionar a pesquisa a ser desenvolvida, faz-se necessário revisar a bibliografia já existente. A revisão bibliográfica vai acompanhar e guiar a pesquisa em todos os passos até a finalização do trabalho. É a partir desta técnica que são encontrados resultados anteriores que embasam os atuais estudos do objeto em pesquisa e poupam esforços do pesquisador em buscar por respostas que já foram encontradas (Stumpf, 2005).

O uso de entrevistas semiestruturadas permite ao pesquisador aprofundar-se, por meio do relato do entrevistado, nas questões estudadas. Para isso, será elaborado um questionário de perguntas e, a partir das respostas do público entrevistado, outras perguntas podem ser feitas. A pesquisa só passa para a pergunta seguinte quando não houver dúvidas ou indagações referentes ao conteúdo da pergunta anterior (Duarte, 2005). No caso desta pesquisa, as entrevistas, foram desenvolvidas para mulheres do Bairro Morada do Sol, em um quantitativo de seis entrevistadas, e foram essenciais para entender como estas se percebem dentro da mídia e como, de fato, são abordadas.

A análise de conteúdo (AC), proposta por Laurence Bardin (2015), foi o meio pelo qual pretende-se analisar mais profundamente algo que foi registrado de forma impressa ou gravada, e foi o método escolhido para análise das entrevistas deste trabalho. Para Herscovitz (2007), a análise de conteúdo é um dos métodos mais eficientes para uma pesquisa no âmbito do jornalismo. Ainda que esta proposta não esteja diretamente relacionada à análise da mídia, busca-se basicamente a análise

de mensagens presentes nas entrevistas que serão coletadas. Ademais, além do que já foi posto, a AC também permite entender quem produz e quem recebe as informações por meio das notícias, os parâmetros culturais e as mensagens implícitas (Shoemaker; Reese, 1996 *apud* Herscovitz, 2007).

O tema escolhido é fruto de uma experiência de pesquisa já desenvolvida anteriormente no bairro Morada do Sol², a qual aponta para a necessidade de um olhar mais atento às periferias, sobretudo no que se refere à atuação da mídia. Além do mais, o interesse em trabalhar com gênero está relacionado a um interesse desta pesquisadora, ainda mais por considerar a importância da abordagem sobre as mulheres no jornalismo. Ao longo da caminhada, as pesquisas e os dados coletados reforçaram ainda mais a necessidade de falar sobre as mulheres periféricas e a atuação midiática na perspectiva de gênero, um tema emergente e socialmente relevante.

A mídia que “é responsável por construir e reconstruir estereótipos e estigmas que muitas vezes definem o entendimento de uma realidade nem sempre acessível” (Barros; Santana, 2023, p. 4), desenvolve um papel fundamental na forma como essas mulheres enxergam o mundo e a si mesmas, muitas vezes reforçando práticas que interferem na práxis e no *modus operandi* dos grupos e dos espaços em que fazem parte.

A relevância do tema também se deve pelo fato de que abordagens como essa, que convoca mulheres da periferia para se manifestar, ainda é incipiente nos trabalhos de conclusão de curso desenvolvidos no curso Jornalismo. Assim, este trabalho visa colocar em evidência percepções de mulheres periféricas sobre a cobertura jornalística de gênero, trazendo suas experiências, lutas e histórias como meios que motivam e justificam a necessidade do desenvolvimento desta pesquisa.

² O projeto de iniciação científica intitulado “Comunicação para a Transformação do bairro Morada do Sol a partir da Folkcomunicação e da Comunicação Comunitária” foi desenvolvido paralelamente às atividades do grupo de pesquisa Comunicação, Ação e Transformação (ComTransformação) no bairro Morada do Sol, em Picos/PI, entre 2022 e 2025, do qual esta autora fez parte como bolsista e integrante do grupo. Teve como coordenador e orientador o Prof. Me. Flávio Menezes Santana, também orientador deste trabalho.

CAPÍTULO I. GÊNERO E INTERSECCIONALIDADE

Na contemporaneidade, as discussões sobre gênero têm ganhado cada vez mais espaço. Por muito tempo a sociedade impôs papéis estereotipados a respeito do que é feminino e masculino, especialmente para as mulheres, o que perpetuou uma série de desigualdades de gênero e levou à divisão sexual da sociedade e das tarefas, visto que há uma negação da pluralidade de gênero (Hirata *et al.*, 2009 *apud* Mazer, 2013).

As imposições sobre as mulheres são vistas em diversas situações cotidianas, desde os seus corpos às maneiras de como se vestir, falar, caminhar, comer, sorrir e se comportar. Simone de Beauvoir (1970, p. 9) pontua que a palavra “mulher”, perante a sociedade, tem peso significativo, sempre carregada de negacionismo e impedimentos. Enquanto o homem é associado a algo positivo e/ou neutro.

Para a sociedade patriarcal e machista, a definição de “mulher” está diretamente relacionada ao seu sistema reprodutor que “comanda” o seu intelecto, físico e comportamento. Enquanto os homens, simplesmente por esta condição, estão libertos de qualquer interferência hormonal e sentimental.

A mulher tem ovários, um útero; eis as condições singulares que a encerram na sua subjetividade; diz-se de bom grado que ela pensa com suas glândulas. O homem esquece soberbamente que sua anatomia também comporta hormônios e testículos. Encara o corpo como uma relação direta e normal com o mundo que acredita apreender na sua objetividade, ao passo que considera o corpo da mulher sobrecarregado por tudo o que o especifica: um obstáculo, uma prisão (Beauvoir, 1970, p. 10).

Quando colocada em questão, essa construção social demonstra que a mulher não consegue sobreviver sem o homem, entretanto, o homem não precisa da mulher “a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro” (Beauvoir, 1970, p. 10). Neste caso, segundo Scott (1991 *apud* Mazer, 2013), o gênero, além de estabelecer relações sociais baseadas na divisão do sexo, designa também relações de poder.

Desde as origens da filosofia, o sujeito falante, desejado e pensante era o homem— seja no mundo do trabalho, na literatura, na arte etc. — as mulheres ocupavam uma posição periférica, frequentemente relacionadas à gestação, ou seja,

à reprodução biológica (Collins, 2009). Neste caso, percebe-se as mulheres não são colocadas como agentes sociais porque sua importância era limitada à biologia.

Como resultado da divisão sexual, de gênero e do patriarcado, Beauvoir (1970) observou que as mulheres se colocam como inessenciais perante os homens. O uso do coletivo não ocorre quando as mulheres falam de si, enquanto os homens constantemente apresentam-se como “nós, homens”.

As mulheres — salvo em certos congressos que permanecem manifestações abstratas — não dizem "nós". Os homens dizem "as mulheres" e elas usam essas palavras para se designarem a si mesmas: mas não se põem autenticamente como Sujeito. (Beauvoir, 1970, p. 13).

Ou seja, o peso da invisibilidade carregado pelas mulheres reflete diretamente na forma como se enxergam e se apresentam. Não se colocam como seres dotados de direitos, deveres e, acima de tudo, seres humanos. O que leva a pensar em como esse peso é ecoado na atual era e esfera da sociedade, especialmente no jornalismo.

Essa invisibilidade está intimamente ligada ao patriarcado, que organiza a sociedade a partir de uma visão centrada no masculino e relega as mulheres a papéis associados ao cuidado e à obediência, afinal, “pode-se dizer que, historicamente, o patriarcado funda e orienta as mais diferentes sociedades” (Mazer, 2013, p. 23). A falta de representatividade feminina em posições de poder ou influência gerou uma diferença na construção do conhecimento e na distribuição dos recursos, reforçando a desigualdade de gênero. Como resultado, as mulheres foram empurradas para o espaço privado (o lar), enquanto os homens dominavam o espaço público (o trabalho, a política, a economia). Isso dificultou o acesso das mulheres a direitos fundamentais e as impediu de influenciar decisões que impactam diretamente suas vidas e seus corpos.

Simone de Beauvoir (1970) reconhece que a igualdade é fundamental entre os sexos, mas destaca que essa igualdade é abstrata, pois, na prática, o contexto social e histórico coloca as mulheres em uma situação única, carregada de expectativas, preconceitos e imposições.

Sem dúvida, a mulher é, como o homem, um ser humano. Mas tal afirmação é abstrata; o fato é que todo ser humano concreto sempre se situa de um modo singular. Recusar as noções de eterno feminino, alma negra, caráter judeu, não é negar que haja hoje judeus, negros

e mulheres; a negação não representa para os interessados uma libertação e sim uma fuga inautêntica. É claro que nenhuma mulher pode pretender sem má-fé situar-se além de seu sexo. (Beauvoir, 1970, p. 8).

Entretanto, a autora também pontua que embora todos sejam humanos, pertencem a grupos historicamente marcados e, por isso, enfrentam condições específicas de existência que os limitam e moldam. Ou seja, existe uma diferença entre a liberdade ideal (em que todos são iguais) e a realidade social concreta, na qual as mulheres (assim como judeus e negros, no exemplo citado por ela) são vistas através de estereótipos e categorias.

Assim, ainda de acordo com Beauvoir (1970), definir as mulheres somente como possuidoras de uma essência imutável (“eterno feminino”) é aprisioná-las em um papel social específico que retira sua individualidade e liberdade. Neste caso, ignorar a construção social que molda a sociedade não é uma verdadeira libertação, mas apenas uma fuga da realidade.

Para Kergoat (2009), as relações sociais entre os sexos não são provenientes de uma divisão biológica, mas sim baseadas “numa relação hierárquica entre os sexos; trata-se de uma relação de poder de dominação” (Kergoat, 2009, p. 71). Desta forma, a desigualdade de gênero não é resultada de características biológicas, mas de sistemas sociais que colocam homens como dominantes e mulheres como subordinadas, e isso reflete nas mais diversas esferas da sociedade, seja no campo social, político ou econômico.³

A hierarquização é sustentada por processos históricos e culturais que normalizam essa dominação, entretanto Kergot (2009) coloca que essas relações são dinâmicas e podem ser transformadas, afinal, estão enraizadas em práticas sociais, e não em características biológicas imutáveis.

Portanto, como os grupos de sexo não são mais “categorias” imutáveis, fixas, a-históricas e a-sociais, podemos periodizar a relação que os constitui em função do outro (graças à análise da evolução das modalidades das questões sociais) e podemos então abordar o problema da mudança – e não somente do rearranjo – do social. (Kergot, 2009, p. 73).

³ Pesquisa realizada em 2023 pela Fundação Instituto de Administração - FIA Business School mostrou que mulheres ocupavam apenas 38% dos cargos de liderança no país naquele mesmo ano. A pesquisa analisou as respostas de mais de 150 mil funcionários das 150 empresas premiadas com o selo Melhor Lugar Para Trabalhar 2023. Conferir em: <https://forbes.com.br/forbes-mulher/2024/03/mulheres-ocupam-38-dos-cargos-de-lideranca-no-brasil-e-sao-mais-bem-avaliadas-pelo-time/>.

Assim, a autora não apenas rejeita explicações biológicas para a desigualdade de gênero, mas também desafia a ideia de que essas relações sejam estáticas, destacando que elas são atravessadas por outras formas de opressão, como classe social e raça. Isso reforça a ideia de que a luta contra a dominação de gênero exige a compreensão das múltiplas formas de opressão que interagem com ela.

Em 1949, quando escreveu o livro *O Segundo Sexo*, Simone de Beauvoir (1970) já questionava as relações sociais de poder e percebia a subordinação das mulheres em detrimento da superiorização dos homens. Beauvoir mostra como a superioridade masculina foi consolidada através de sistemas de poder, como a economia, a política e até mesmo a religião, que colocaram os homens como líderes e provedores. A subordinação feminina é perpetuada por práticas cotidianas, como a divisão desigual do trabalho doméstico e a exclusão das mulheres dos espaços de decisão.

Beauvoir (1970) explica que, como a história foi predominantemente escrita e moldada pelos homens, o "mundo" no qual as mulheres vivem ainda pertence a eles. Mesmo quando as mulheres começam a tomar parte na criação desse mundo, elas fazem isso dentro de um espaço já dominado e configurado por valores masculinos. Os homens têm consciência de seu poder, enquanto as mulheres, muitas vezes, não têm plena consciência de sua posição subordinada.

Além dos poderes concretos que possuem, revestem-se de um prestígio cuja tradição a educação da criança mantém: o presente envolve o passado e no passado toda a história foi feita pelos homens. No momento em que as mulheres começam a tomar parte na elaboração do mundo, esse mundo é ainda um mundo que pertence aos homens (Beauvoir, 1970, p. 15).

No entanto, é válido lembrar que assumir essa responsabilidade é também abrir mão que essas relações de poder oferecem às mulheres (justamente por viverem em uma sociedade patriarcal), como, por exemplo, segurança econômica e social. Porém, manter essa dependência significa abrir mão de sua liberdade e autonomia.

Para alcançar a emancipação, é necessário que as mulheres recusem a posição de ser o "Outro" e assumam a sua liberdade, mesmo que isso implique em desafios, afinal, assumir a liberdade é desafiador, pois exige que a mulher crie seus próprios caminhos e objetivos, sem depender de validação externa.

Além de desafiador, uma importante reflexão surge quando se afirma que as mulheres devem assumir riscos para alcançar a liberdade: quem são essas mulheres, que lugares ocupam e o que seria “liberdade” para elas. Entender que as mulheres são diferentes e ocupam espaços diferentes na sociedade é fundamental para compreender que as desigualdades, opressões e relações de poder influenciam diretamente na construção social em que estão inseridas, como é o caso das mulheres que fazem parte do Bairro Morada do Sol, consideradas nesta pesquisa.

Uma mulher não é apenas uma mulher. Uma mulher branca, de classe média, moradora de um bairro residencial nas proximidades do centro de uma cidade é diferente de uma mulher preta, pobre, periférica. Estas são diferentes de uma mulher indígena que mora longe da selva de pedras de um centro urbano, entre outros casos. Colocar essas mulheres como “iguais” é invisibilizar as lutas nas quais cada mulher está inserida. Logicamente, algumas lutas são coletivas, outras, entretanto, são individuais dos grupos que fazem parte.

Segundo Carla Akotirene (2018), efeitos combinados do capitalismo, do racismo e do sexismo estruturam o ponto de vista do feminismo negro, que reconhece as mulheres brancas como companheiras de luta antiescravocrata, ainda que frequentemente próximas e beneficiárias das estruturas racistas. O trabalho doméstico e a exploração de classe, se entrelaçam com os abusos sexuais dirigidos especialmente às mulheres negras, que sofrem por sua condição de raça, de classe e de gênero. Desta forma, a autora evidencia como o sistema de opressões opera de maneira interseccional, afetando corpos e subjetividades negras de formas distintas, mas igualmente violentas. A interseccionalidade nos ajuda a entender essas divisões e posições que as mulheres ocupam na sociedade.

Os estudos sobre a interseccionalidade são considerados recentes e ainda estão em desenvolvimento. Por isso, traçar um mapa ou explicar exatamente desde quando passou a ser estudado é complicado, pois antes mesmo da definição do conceito, autoras já escreviam sobre alguns aspectos da interseccionalidade. Somente em 1989, a jurista norte-americana Kimberlé Crenshaw cunhou o termo “interseccionalidade”, a partir disso, no século XXI, a palavra começou a ser usada por outras escritoras, docentes, estudantes, militantes políticos e pessoas públicas, fomentando a discussão na mídia e em discussões sobre políticas públicas (Collins; Bilge, 2020). No Brasil, a estudiosa Lélia Gonzalez (1984) foi pioneira do pensamento interseccional antes mesmo do termo se popularizar. Além dela, Sueli Carneiro, Carla

Akotirene e Djamila Ribeiro também se dedicam aos estudos interseccionais e feministas.

A interseccionalidade é uma ferramenta analítica que permite compreender melhor as desigualdades, discriminações, relações e sobreposições de poder na sociedade. Estas, por vez, foram essenciais para formar a estrutura social que temos na atualidade: uma sociedade machista, patriarcal, racista, sexista e desigual. Além disso, ajuda a enxergar e entender como as relações de poder estão diretamente ligadas à forma como as pessoas enxergam o mundo e como isso reflete na vivência em sociedade. Carla Akotirene retoma essas reflexões e amplia a perspectiva a partir da realidade brasileira.

Segundo Akotirene (2019, p. 29), “a interseccionalidade é sobre a identidade da qual participa o racismo interceptado por outras estruturas” ou seja, é a identidade marcada pelo racismo em intersecção com outras estruturas sociais, como gênero, classe, sexualidade e território. Trata-se de compreender a experiência racializada em sua complexidade, o que exige abandonar abordagens fragmentadas que isolam os marcadores em “caixinhas” analíticas. Para a pesquisadora essas divisões limitam a luta coletiva, pois reforçam as diretrizes hegemônicas e fragmentadas do Ocidente, contribuindo para a solidão política da mulher negra.

Mesmo que nem todas as mulheres tenham sido deixadas de fora das indústrias, e nem todas as pessoas negras estejam fora do mercado de trabalho, é a interseccionalidade que mostra como as mulheres negras enfrentam uma discriminação que mistura gênero, raça e classe ao mesmo tempo (Akotirene, 2019). Quando os movimentos feministas e antirracistas quando faltam com esse olhar interseccional, um pode acabar reforçando o problema que o outro quer combater. Isso atrapalha na luta por direitos humanos e deixa de fora justamente quem mais precisa ser ouvido e protegido: pessoas que vivem várias formas de exclusão ao mesmo tempo.

O lugar de onde se fala influencia diretamente a forma como compreende-se o racismo e o sexismo, especialmente quando eles atuam de maneira entrelaçada. De acordo com Gonzalez (1984), no contexto brasileiro, o racismo pode ser entendido como um sintoma profundo da nossa neurose cultural — uma marca enraizada na formação social do país. Quando articulado ao sexismo, seus efeitos se intensificam, recaindo de forma ainda mais violenta sobre as mulheres negras. Por isso, a perspectiva adotada neste discurso propõe um deslocamento em relação a

abordagens anteriores, permitindo um olhar mais atento à condição da mulher negra. Termos como “mulata”, “doméstica” e “mãe preta” não são apenas categorias sociais; são expressões de como o racismo e o sexismo se consolidam na cultura e na linguagem para construir imagens estereotipadas da mulher negra. Analisá-las é essencial para compreender as múltiplas formas de opressão que ela enfrenta.

Mais a fundo, Gonzalez (1984) traz as noções de consciência e memória como fundamentais para o entendimento do racismo e do sexismo na sociedade brasileira. A autora apresenta a consciência como o lugar do desconhecimento, do encobrimento e da alienação. Trata-se de uma consciência moldada pelos discursos ideológicos dominantes, que promovem o esquecimento e a negação das experiências e saberes das populações negras e indígenas. É a partir desse lugar que o discurso hegemônico se impõe como verdade, ocultando outras formas de existência e conhecimento.

Em contraposição, a memória aparece como um “não-saber que conhece” — ou seja, um saber que não está registrado oficialmente, mas que se manifesta nos corpos, nas práticas culturais, na ancestralidade e nas expressões populares. A memória guarda aquilo que a consciência tenta apagar: histórias silenciadas, resistências cotidianas e verdades que não cabem nas narrativas eurocentradas.

Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que memória inclui. Daí, na medida em que é o lugar da rejeição, consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando memória, mediante a imposição do que ela, consciência, afirma como a verdade. Mas a memória tem suas astúcias, seu jogo de cintura: por isso, ela fala através das mancadas do discurso da consciência. (Gonzalez, 1984, p. 226).

Assim, enquanto a consciência se constitui como instrumento do discurso dominante, a memória resiste, escapando pelas fissuras desse discurso e revelando a potência de uma verdade que, embora negada, persiste.

Um dos primeiros aspectos a serem percebidos quando se discute o racismo no Brasil é a maneira como ele se apresenta como algo “naturalizado” no imaginário social. A figura do negro é associada, de forma recorrente, à miséria, à marginalidade

e à criminalidade, como se essas condições fossem resultado de características intrínsecas, e não de um processo histórico de exclusão e desigualdade.

A primeira coisa que a gente percebe, nesse papo de racismo é que todo mundo acha que é natural. Que negro tem mais é que viver na miséria. Por que? Ora, porque ele tem umas qualidades que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, cianice, etc. e tal. Daí, é natural que seja perseguido pela polícia, pois não gosta de trabalho, sabe? Se não trabalha, é malandro e se é malandro é ladrão. Logo, tem que ser preso, naturalmente. Menor negro só pode ser pivete ou trombadinha (Gonzales, 1979b), pois filho de peixe, peixinho é. Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler jornal, ouvir rádio e ver televisão. Eles não querem nada. Portanto têm mais é que ser favelados. (Gonzalez, 1984, p. 225-226).

Atribui-se à população negra qualidades estigmatizantes, como a irresponsabilidade, a limitação intelectual e a infantilização. No caso das mulheres negras, os estereótipos as restringem a papéis subalternos e hipersexualizados: são vistas como empregadas domésticas, serventes, trocadoras de ônibus ou prostitutas. Esses discursos são amplamente reforçados pelos meios de comunicação, como jornais, rádio e televisão, que reproduzem e consolidam essas imagens como se fossem verdades inquestionáveis.

Naturalmente, há uma divisão de gênero, cor da pele, idade etc. Entretanto, indivíduos e grupos, apenas por pertencerem a algumas dessas “categorias”, são submetidos a discriminações e opressões de classe, gênero, raça/etnia e orientação sexual. A partir disso são geradas relações de poder dentro da sociedade que interferem na sobreposição e “unificação” dessas categorias que afetam diretamente o convívio social (Collins; Bilge, 2020). Longe de serem sistemas de opressão separados, esses marcadores se articulam de maneira complexa dentro das estruturas sociais, econômicas e políticas.

Embora muitas vezes tratadas como separadas, essas divisões - classe, gênero e raça - estão profundamente interligadas no domínio estrutural do poder. Uma de suas estratégias mais sutis é a criação da ilusão de igualdade: acreditamos que estamos competindo em condições justas, quando, na realidade, não estamos. Essa crença é reforçada pelos espetáculos da mídia de massa, que reiteram a normalidade das desigualdades de resultado no interior da lógica do mercado capitalista, tornando

as injustiças estruturais quase invisíveis ao transformar privilégios em mérito e exclusão em fracasso individual.

Os espetáculos de mídia de massa reiteram a crença de que resultados desiguais entre quem vence e quem perde são normais dentro da competição do mercado capitalista. Eventos esportivos, concursos de beleza, reality shows e competições similares transmitem, com frequência, a ideia de que as relações de mercado do capitalismo são socialmente justas desde que haja fair play. (Collins; Bilge, 2020, p. 26).

Para Collins e Bilge (2020) o domínio cultural do poder, por sua vez, reforça essa ilusão ao disseminar a ideia de igualdade, ou seja, que o acesso às oportunidades é igualitário, de que os resultados são mérito dos indivíduos, e de que vencer ou perder depende apenas de esforço pessoal.

Se a sociedade é construída com base em estereótipos e os meios de comunicação são um dos pilares que mantém essa conjuntura, também considerados “o quarto poder”, como as mulheres são posicionadas na mídia? Que papel assumem e deixam de assumir?

CAPÍTULO II. JORNALISMO E ESTUDOS DE GÊNERO

O jornalismo é historicamente uma profissão desempenhada majoritariamente por homens. O sexismo está presente nas redações desde os primórdios da prática jornalística (Hambers *et al.*, 2004 *apud* Allan, 2010) e, embora ao longo dos anos tenha acontecido mudança significativa na quantidade de mulheres empregadas no jornalismo, a base dessas alterações ainda permanece em solo predominantemente masculino.

Apesar dos veículos de comunicação enfrentarem as mudanças exigidas pela globalização e as lutas feministas por direitos de equidade, homens brancos de classe média alta continuam ocupando a maior parte dos cargos de referência no jornalismo (Allan, 2010), influenciando toda a estrutura de difusão noticiosa do veículo para o qual trabalha. Estudos mais recentes apontam que, embora representem quase 50% dos jornalistas brasileiros, as mulheres ocupam o principal cargo de chefia em apenas 13% das principais redações do país.⁴

A invisibilização sistemática das mulheres no jornalismo não apenas limitou oportunidades profissionais, mas também teve impacto significativo na representação da realidade. As perspectivas femininas, experiências e preocupações foram ignoradas e distorcidas, resultando em coberturas jornalísticas tendenciosas e incompletas. A falta de diversidade de gênero nas redações levou à perpetuação de estereótipos e reprodução de narrativas sexistas, em um jornalismo que ainda se diz imparcial e que corrobora para difusão de discursos hegemônicos da classe dominante. (Gustafson; Nascimento, 2017).

Neste caso, é destoante dizer que a mídia é imparcial uma vez que “não há uma única ordem do discurso da mídia, mas todo discurso é ideológico uma vez que o usuário está imbricado nos significados que produz, revelando seus interesses e valores” (Gustafson; Nascimento, 2017, p. 33). Mesmo ao abordar novas temáticas e assuntos, é possível que a mídia ainda reproduza o discurso hegemônico e a estrutura de dominação.

⁴ Conforme dados analisados pelo Instituto Reuters para Estudos de Jornalismo em doze países, o Brasil ocupa a segunda posição do pior cenário dos países analisados à frente apenas do México e empatado com o Quênia. Conferir em: <https://mediatalks.uol.com.br/2022/03/22/estudo-mostra-baixa-participacao-de-jornalistas-mulheres-no-comando-das-redacoes/>.

É por este caminho, que o jornalismo é um construtor de discursos e da realidade. É também através de sua prática que opiniões são difundidas e formadas. Portanto, torna-se importante que haja uma preocupação com os significados disseminados e com a hierarquia a qual pertencem, visto que o jornalismo também é um meio de multiplicação de estereótipos, podendo contribuir com a desigualdade social, racial, política e de gênero.

A construção de sentidos sobre o mundo presente nas notícias, incluindo a importância do questionamento sobre quais significados são esses e quais hierarquias eles reforçam, e o poder da linguagem para transformar a diferença em desigualdade, ao classificar e hierarquizar os sujeitos e identidades, servem de pano de fundo para pensar a prática jornalística e a construção da realidade. (Gustafson; Nascimento, 2017, p. 35).

Deste modo, percebe-se que além da construção da realidade, o jornalismo é também um meio para a transformação social. Portanto, há de se pensar, como haverá transformação social e diversidade no jornalismo se ainda há dominância e relações de poder entre o masculino e feminino. É necessária uma transformação nas estruturas dos veículos noticiosos para igualdade de gênero e equidade de direitos, uma vez que, como já colocado, o jornalismo é um campo predominantemente masculino.

Quando as mulheres conseguiram romper as barreiras e ingressar no jornalismo, enfrentaram inúmeras formas de discriminação e preconceito. A objetificação sexual, o assédio no local de trabalho e a disparidade salarial são apenas algumas das muitas barreiras que as mulheres jornalistas enfrentam em sua carreira. Esses desafios dificultam ainda mais a ascensão das mulheres na hierarquia do jornalismo e contribuem para a persistente sub-representação feminina nas redações e nos cargos de liderança.

Fora dos ambientes de trabalho, Allan (2010) observou que à parte dos desafios enfrentados pelas mulheres nas redações jornalísticas, elas ainda enfrentam problemas fora desses âmbitos, como as jornadas duplas de trabalho quando são mães ou esposas, o que contribui ainda mais para a desvalorização dos seus trabalhos perante olhares masculinos.

Já nos locais de trabalho, foi observado uma diferença na divisão das tarefas que são destinadas às mulheres e aos homens, o que remete à divisão sexual do

trabalho baseada na crença que “homens são melhores e mais qualificados que mulheres”:

A maioria dos jornais parece ser caracterizada por uma divisão em gêneros entre os repórteres das notícias “sérias” (tais como a economia, a política, o governo e o crime), que tendem a serem homens, e os repórteres de “matérias especiais”, que mais provavelmente, pelo menos em termos relativos, são mulheres. Esta divisão, longe de correlacionar com as “competências naturais” de repórteres individuais masculinos e femininos (“os homens são mais apropriados para o jogo duro das notícias sérias”), é frequentemente indicativa de uma divisão sexual do trabalho no próprio lar do jornalista (Allan, 2010, p. 32).

Por isso, apesar das mudanças alcançadas ao longo dos anos, ainda é difícil enxergar melhorias reais na identidade jornalística, especialmente quando toda a construção foi e ainda é baseada nas ideologias e princípios masculinos. Outro ponto a ser considerado é que para deixar de contribuir com as desigualdades sociais, é necessário que o jornalismo abandone o discurso de imparcialidade e neutralidade que assume desde os primórdios do seu exercício (Gustafson; Nascimento, 2017).

De acordo com Silva (2010), o jornalismo é um espaço privilegiado de produção e circulação de valores culturais que, além de informar, participa ativamente da construção de símbolos, ideias e valores que moldam práticas sociais e subjetividades. Assim, o jornalismo é visto como mais do que um veículo neutro de notícias, assumindo um papel fundamental na formação da visão de mundo coletiva. Diferentes práticas e experiências no contexto brasileiro e latino-americano, no entanto, comprovam a importância de um jornalismo alternativo relacionado às iniciativas feministas, cujo intuito também é de dar destaque às mulheres enquanto protagonistas das práticas de comunicação e informação (Woitowicz, 2019; 2024).

Além disso, os meios de comunicação têm contribuído para transformações sociais e para a redução de desigualdades. No entanto, apesar dessa contribuição, padrões culturais de exclusão relacionados a gênero e poder ainda são reproduzidos pela mídia, muitas vezes de forma inconsciente. Essa constatação evidencia uma dualidade: por um lado, a mídia pode ajudar no progresso; por outro, perpetua desigualdades culturalmente enraizadas.

Entretanto, no que diz respeito às relações de gênero e de poder, ainda se percebe claramente o quanto alguns padrões excludentes estão arraigados e acabam sendo reproduzidos (em grande escala e

velocidade), mesmo que inconscientemente, pela mídia de massa em geral, e pelo jornalismo em particular. (Silva, 2010, p. 16).

Percebe-se, assim, que o jornalismo muitas vezes reflete e reforça as construções sociais de gênero, atribuindo valores diferenciados aos comportamentos e papéis masculinos e femininos. Segundo Gonçalves (2019), o jornalismo tende a destacar, valorizar e até mesmo naturalizar características associadas ao poder, liderança e competitividade, que são tradicionalmente ligadas ao universo masculino, especialmente em contextos como política, trabalho, esporte e cidadania.

Por outro lado, os papéis são comumente relacionados ao cuidado e à afeição, como maternidade, beleza, vida doméstica, sexo e saúde. Esses estereótipos são, em grande parte, utilizados para limitar a participação de mulheres em ambientes tradicionalmente dominados por homens, colocando-as em papéis mais restritos, secundários e desvalorizados.

De modo que o jornalismo muitas vezes, sutilmente, valoriza determinadas posturas, estilos e práticas masculinas na política, no trabalho, no esporte e na cidadania por meio da apreciação do poder, da liderança, da competição e da violência. Já as posturas, estilos e práticas femininas são alinhadas ao materno, em torno da beleza, da família, da vida doméstica, do sexo e da saúde. (Gonçalves, 2019, p. 112).

Esse tipo de representação contribui para reforçar as desigualdades de gênero, pois, ao exaltar certas características em um gênero e outras no outro, o jornalismo, consciente ou inconscientemente, perpetua um padrão que pode restringir as possibilidades de expressão e atuação de indivíduos de acordo com seu gênero. Além disso, ao associar as mulheres a esferas como a maternidade e a beleza, o jornalismo pode ajudar a manter a ideia de que seu papel principal se dá no âmbito privado, enquanto os homens são valorizados em papéis públicos de liderança e decisão.

Deste modo, a prática jornalística se apresenta como uma instância pedagógica cultural, desempenhando um papel central na produção e circulação dos saberes cotidianos que orientam, e são orientados pela cultura (Silva, 2010; Gonçalves, 2019). Nesse sentido, o jornalismo é visto como um dos principais articuladores dos conhecimentos socialmente construídos e culturalmente legitimados, contribuindo para informar as pessoas na contemporaneidade. Sua

função pedagógica está na sua capacidade de reproduzir e disseminar esses saberes, ajudando a explicar o mundo por meio de uma narrativa baseada na "verdade".

Essa narrativa utiliza recursos técnicos e humanos que tornam os conhecimentos acessíveis, gerando significados que ajudam a moldar as percepções sociais. Neste caso, o jornalismo é entendido como um conhecimento social e cultural que ensina, sendo, portanto, uma fonte de inspiração e de construção de saberes contemporâneos.

Segundo Stoker (2018), o jornalismo é entendido como uma instância social que contribui para a construção da realidade, especialmente no que diz respeito à maneira como as notícias são produzidas e apresentadas. A partir do trabalho do jornalista, a realidade é moldada por meio de sua visão particular e das técnicas profissionais envolvidas na elaboração das notícias. Neste contexto, esse profissional é visto como um participante ativo na construção dessa realidade. As notícias, portanto, refletem não apenas a cultura da sociedade em que se está inserido, mas também a cultura do próprio grupo profissional dos jornalistas, ou seja, a "tribo jornalística" (Traquina, 2005 *apud* Stoker, 2018).

De acordo com Traquina (2005 *apud* Stoker, 2018), o processo de produção das notícias não apenas reflete a natureza consensual da sociedade, mas também reforça esse consenso, ajudando a solidificar a visão comum sobre os fatos. Assim, as notícias surgem como um produto social, que resulta de três fatores principais: a organização midiática, os valores jornalísticos que definem o que é noticiado, e a ideologia dos profissionais de jornalismo, sempre guiados por contextos culturais e sociais.

As notícias são geralmente percebidas como relatos verdadeiros dos acontecimentos, dando-lhes legitimidade e credibilidade. Assim, fazem parte de um processo cultural que estabelece o que é importante, relevante e digno de atenção, além de contextualizar o tempo e o lugar em que essas notícias se inserem. Nesta perspectiva, justifica-se a ampliação de alternativas que vão além da prática jornalística hegemônica, como os movimentos feministas que têm desenvolvido estratégias de atuação no campo da mídia nas primeiras décadas do século 21, "com iniciativas de divulgação de informações por parte das organizações e ações de visibilidade e articulação política por meio do uso de redes sociais" (Woitowicz, 2024).

Ao mesmo tempo em que o jornalismo influencia e modifica, ele também sofre o impacto de transformações sociais contemporâneas. Novos fluxos de informação,

mudanças nos hábitos de leitura e interação social forçam o jornalismo a adaptar seus modos de atuação para continuar relevante e eficaz em sua função de apresentar o presente, afinal, “a atualidade e a novidade impõem-se, assim, como pilares do fazer jornalístico que o conectam com o seu tempo e sua época” (Stoker, 2018, p. 58).

Na prática cotidiana do jornalismo, muitos acontecimentos são apresentados de forma estruturada, usando estereótipos e ideias do senso comum para facilitar a compreensão do público. A realidade, que ocorre de maneira desordenada e caótica, é organizada e contextualizada pelo jornalismo para que os leitores possam lhe dar um significado. No entanto, o jornalismo também apresenta diferentes pontos de vista, incluindo visões conflitantes ou divergentes, o que cria um diálogo entre as perspectivas dos leitores e o conteúdo das notícias.

Contudo, os pontos de vista que são “consensuais” na sociedade, coerentes com “mapas de significado” já traçados no mundo social e que são reproduzidos pelo jornalismo, coexistem com suas formas opostas ou díspares. Os discursos que envolvem as noções de consensos estarão sempre embutidos na narrativa jornalística conectando-se, de forma conflitiva ou não, com as expectativas e visões de mundo dos leitores. (Stoker, 2018, p. 59).

Em sua essência, o jornalismo não se limita a informar, mas busca criar experiências que ajudem os leitores a interpretar suas próprias vidas e a se relacionarem com as esferas maiores da sociedade, como a nação, a cidade ou a classe social. Porém, essa construção de sentido pode, por vezes, gerar fricções, desafiando valores consensuais e expectativas. Isso, portanto, pode afetar a confiança do público no processo de comunicação jornalística. Isto é, essas fricções podem impactar a relação entre os jornalistas e seus leitores.

O jornalismo é, ao mesmo tempo, um meio que constrói diálogos e apresenta sentidos e reitera concepções de gênero, mas possibilita a ruptura (Gonçalves, 2019, p. 111). As relações de gênero no jornalismo são frequentemente atravessadas por dinâmicas de desigualdade e poder. O jornalismo tende a priorizar vozes masculinas, especialmente quando associadas à política, economia e ciência, reforçando as estruturas hegemônicas da sociedade (Gonçalves, 2019). Isso apenas mostra que a reprodução de estereótipos e enquadramentos nocivos perpetuam ideias dominantes.

Silva (2010) observa que, nas narrativas jornalísticas prevalecem os sentidos hegemônicos de gênero, ou seja, perspectivas que reforçam normas e valores

culturais dominantes. Essas narrativas não são neutras, pois estão alinhadas à imposições culturais que mantêm e reproduzem padrões já enraizados na sociedade. Nesse caso, as discussões de gênero no jornalismo frequentemente reafirmam ideias e estereótipos culturalmente aceitos ao invés de questioná-los. Assim, o jornalismo acaba sendo um espaço de manutenção de hierarquias de gênero, em vez de um meio para transformações sociais.

A mídia e o jornalismo estão constituídos por gênero e produzem relações de gênero e de poder que resultam em saberes acerca disso. Investigar os modos como o jornalismo está perpassado por gênero é o primeiro caminho para entender como o jornalismo acaba contribuindo para o processo de (re)produção de valores e representações hegemônicas de gênero que, em última instância, refletem a existência de um padrão heteronormativo. É perceber o jornalismo, por uma ótica de gênero, relacionado com os modos como se constrói o conhecimento sobre as coisas (e pessoas) do mundo. (Silva, 2010, p. 63).

Para Gonçalves (2019), a discussão de gênero no jornalismo é frequentemente silenciada por grupos que defendem uma visão binária sobre o tema, ou seja, heterossexualidade, homem e mulher, feminino e masculino, esses grupos estão ligados a políticas conservadoras e rejeitam qualquer diálogo que sobre gênero que vá além do biológico considerado por eles “natural”. Esses defensores argumentam que tais debates poderiam levar as crianças a questionar o gênero atribuído a elas ao nascer, incentivando identificações como travestis, transgêneros ou pessoas com dúvidas sobre sua identidade de gênero.

A relação de poder e discurso é intrínseca, ou seja, ambos estão ligados e caminham de mãos dadas em uma relação complexa. O discurso é tanto um meio pelo qual o poder opera, quanto um elemento que contribui para sua reprodução e perpetuação.

Não haveria poder de um lado e discurso de outro e o poder não seria sua fonte e nem sua origem. Em outras palavras, o próprio discurso seria um elemento em um dispositivo estratégico de relações de poder, e o poder, por sua vez, alguma coisa que opera através do discurso. (Stoker, 2018, p. 33).

Em outras palavras, o discurso não apenas expressa o poder, mas também participa de sua produção, circulação e legitimação. Ao mesmo tempo, o poder funciona por meio de discursos, saberes e práticas que moldam a compreensão e a

aceitação de certas "verdades" na sociedade. Assim, a rede de poder e discurso sustenta e naturaliza formas de dominação e controle, enquanto cria e dissemina formas de conhecimento que reforçam essas relações. O jornalismo é, neste caso, um meio de reprodução e perpetuação desse discurso dominante. Desta forma, Silva (2010) chegou à conclusão que o jornalismo é masculino.

Faz-se importante mencionar que o discurso influencia no imaginário social e pode, inclusive, estabelecer um *modus operandi* que define papéis, relações de poder que, em grande parte das vezes, coloca os sujeitos em situações de vulnerabilidade e inferioridade. Ou seja, a inclinação dos meios é reproduzir um campo ideológico da sociedade, o que, consequentemente reproduz sua estrutura de dominação também, como bem destacou Escosteguy (2001). Nesse sentido, esta é também uma maneira de observar o que esta pesquisa busca desenvolver no Bairro Morada do Sol.

Diante das questões colocadas até aqui, observa-se, conforme aponta Silva (2010), que o jornalismo é estruturado a partir de relações de gênero, poder, religião e classe. Esses elementos influenciam a produção e distribuição de notícias, mas também nas relações hierárquicas entre os próprios profissionais de jornalismo. As notícias, enquanto discursos sociais, refletem a hegemonia e os valores culturais já existentes, estes, por sua vez, estão ligados ao poder e ao saber. Isso demonstra como as práticas jornalísticas são permeadas por concepções de gênero que afetam não só as dinâmicas internas do jornalismo, mas também a maneira como as informações são hierarquizadas e apresentadas ao público.

Neste sentido, faz-se importante mencionar que os dados da pesquisa desenvolvida pelo Instituto Reuters para Estudos de Jornalismo em doze países, já mencionada neste capítulo, demonstram que apesar de atuar como fiscais da sociedade, cobrando igualdade e equidade na divisão do trabalho entre homens e mulheres, o jornalismo ainda não se coloca como exemplo prático dessa cobrança.

Durante a sua pesquisa -realizada na RBS TV, na cidade de Porto Alegre/RS, Silva (2010) constatou que os jornalistas são constituídos por atributos de gênero que atuam como marcadores de distinção nas relações profissionais, refletindo hierarquias semelhantes às que predominam nas relações sociais em geral. Gênero e outros marcadores como classe e geração, surgem como um elemento central na distribuição de poder e prestígio, moldando não apenas os cargos ocupados e as dinâmicas de trabalho, mas também os processos de produção e o conteúdo das notícias.

Os jornalistas apareceram claramente como sujeitos constituídos por gênero. E os atributos de gênero perpassavam as relações como marcadores de distinção e como elementos que correspondiam aos lugares que ocupavam e/ou às características pelas quais eram reconhecidos. O mapa das relações de gênero, de poder e prestígio percebido no âmbito da pesquisa apontaram para um tipo de hierarquia que revelou uma similaridade com os modos como as hierarquias de gênero e poder se estabelecem nas relações sociais de forma geral. Ou seja, os atributos de gênero mais valorizados na hierarquia do jornalismo, no programa em análise (nos cargos, nas relações de poder, nas notícias, entre os programas, etc.), interseccionados com os marcadores de classe e geração, entre outros, equivalem aos atributos e marcadores mais valorizados na heteronormatividade. (Silva, 2010, p. 131).

A análise revela que o valor atribuído às performances e comportamentos no ambiente profissional não é neutro, mas permeado por concepções culturais e de gênero que, ainda que sutis ou inconscientes, influenciam as relações de poder. Essa constatação reforça que o jornalismo reflete a sociedade mais ampla, reproduzindo visões de mundo arraigadas e hierarquias hegemônicas. Além disso, evidencia que o poder é dinâmico, circulando de acordo com configurações contextuais, ainda que as estruturas gerais continuem marcadas por valores culturais hegemônicos.

CAPÍTULO III. O QUE MULHERES DO MORADA DO SOL TÊM A DIZER?

O Morada do Sol é um bairro picoense considerado duplamente marginalizado, frequentemente negligenciado pelas autoridades locais e, em paralelo a isso, estigmatizado pela mídia local, como já evidenciado em trabalho anterior (Barros; Santana, 2023). A ausência de saneamento básico, ruas sem pavimentação e moradias em condições insalubres comprometem a qualidade de vida das moradoras e moradores e reflete a carência de direitos básicos.

Internamente, o bairro é dividido pela própria população moradora em duas partes distintas. A parte alta, situada no topo do morro, apresenta algumas ruas asfaltadas e residências relativamente mais estruturadas. Já a parte baixa, conhecida como Quilombo, está localizada na encosta e na descida do morro, e concentra as condições mais precárias. Nesta área, as ruas são de terra batida, com valas de esgoto a céu aberto, casas de alvenaria, mas também de taipa ou pau a pique e nem todos os domicílios têm acesso regular à água potável, mesmo com a existência de um reservatório próprio no bairro.

Com a intenção de compreender qual a percepção das mulheres do Morada do Sol sob a perspectiva de gênero na cobertura jornalística local, foi preciso desenvolver entrevistas em profundidade, do tipo semiestruturada, com mulheres de diferentes idades e localizações no bairro. As entrevistas foram realizadas nos dias 11 e 17 de maio de 2025, no próprio bairro, nos domicílios das entrevistadas. Além das entrevistas, utilizou-se também da observação não participante, não apenas durante o desenvolvimento desta pesquisa, mas também com o envolvimento desta autora em outras ações desenvolvidas no bairro.

Em consideração à divisão do bairro, foram entrevistadas mulheres das duas áreas que compõem o Morada do Sol. Os critérios de escolha das entrevistadas se deu por localização geográfica, sendo, no total, seis mulheres: três da parte alta e três da parte baixa. A escolha levou em conta a diversidade de experiências, incluindo mulheres de diferentes faixas etárias – entre 18 e 49 anos – para entender como a idade influencia na forma de consumir e interpretar o conteúdo jornalístico. O tempo de moradia também foi considerado, variando entre 15 e 40 anos, o que mostra o vínculo dessas mulheres com o bairro e suas vivências acumuladas ali. Além disso, para garantir a participação na pesquisa, era fundamental que as entrevistadas

consumissem notícias de algum dos veículos de comunicação local - TV, rádio, portais de notícias –, para entendermos qual a visão delas sobre o bairro na mídia.

As entrevistadas preferiram não ser identificadas, por isso, para preservar suas identidades, foram atribuídos números conforme a ordem das entrevistas: E01, E02, E03, E04, E05 e E06. Para garantir essa proteção, foi elaborado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), com validade de cinco anos. Cada participante recebeu uma cópia assinada pela autora desta pesquisa. Nesse termo, estão descritos os objetivos do estudo, onde e como os dados serão utilizados, além de registrar que todas as mulheres participaram de forma voluntária e autorizaram o uso das entrevistas para fins acadêmicos.

A escolaridade das entrevistadas vai desde os primeiros anos do ensino fundamental até o ensino médio completo. Essa diversidade permite observar como fatores como idade, escolarização e o nível de acesso à informação – já que entendemos que esse fator depende do nível de alfabetização dessas mulheres – podem interferir na forma como essas mulheres percebem a cobertura da mídia local.

Compreender quem são essas mulheres, por quais meios se informam e como percebem o jornalismo local é fundamental para refletir sobre a prática jornalística e como esta pode ser pensada para atender a diversidade e a pluralidades de vozes que compõem a sociedade contemporânea, em prol de um jornalismo comprometido com as demandas sociais.

A análise das entrevistas foi desenvolvida a partir da Análise de Conteúdo, proposta por Laurence Bardin (2011), descrita por Herscovitz (2007) como uma ferramenta eficaz no campo do jornalismo, por permitir a identificação de mensagens explícitas e implícitas nos discursos analisados. Embora este trabalho não trate diretamente da análise de produtos midiáticos, a metodologia foi aplicada às entrevistas como forma de entender como essas mulheres leem, sentem e interpretam a mídia local.

As categorias de análise foram estabelecidas a partir da categorização prévia, que serviu de base para construção do roteiro de perguntas que guiaram as entrevistas desenvolvidas. São elas: 1) jornalismo; 2) gênero; e 3) interseccionalidade –, o que possibilitou organizar os dados coletados conforme os principais eixos de interesse da pesquisa.⁵ Com base nessa estrutura, os conteúdos foram interpretados

⁵ O questionário encontra-se nos apêndices deste trabalho.

à luz dos referenciais teóricos apresentados nos capítulos anteriores, buscando compreender os sentidos construídos pelas entrevistadas em relação ao jornalismo, ao gênero e à realidade vivida na periferia.

O contexto territorial do Morada do Sol, faz-se importante frisar, impõe barreiras significativas ao acesso a direitos básicos, à informação de qualidade e à representação positiva na mídia. A geografia aqui não é neutra: morar em um bairro marginalizado influencia diretamente o tipo de informação que essas mulheres consomem e a forma como se veem refletidas nas narrativas jornalísticas.

Todas as entrevistadas se reconhecem como negras ou pardas, e possuem escolaridade limitada à educação básica. No que se refere ao acesso à informação, requisito obrigatório para a escolha das mulheres entrevistadas, as redes sociais e a televisão são os principais meios de comunicação citados. Plataformas como o *Instagram* e emissoras locais como TV Cidade Verde Picos e TV Picos foram mencionadas nas entrevistas, o que aponta para uma convergência entre mídia tradicional e digital no cotidiano informativo dessas mulheres.

Para orientar e apresentar melhor as mulheres que participaram desta pesquisa, foi elaborado um quadro com as principais informações das entrevistadas, apresentado abaixo.

Quadro. Apresentação das mulheres entrevistadas

| Identif. | Idade | Escolaridade máxima alcançada | Tempo de residência no bairro | Posição |
|-----------------|--------------|--------------------------------------|--------------------------------------|-----------------------------|
| E01 | 46 anos | 2ª série do ensino fundamental | Mais de 40 anos | Parte alta do Morada do Sol |
| E02 | 49 anos | 5ª série do ensino fundamental | 24 anos | Parte alta do Morada do Sol |
| E03 | 18 anos | Ensino médio completo | 18 anos | Parte alta do Morada do Sol |
| E04 | 24 anos | Ensino médio completo | 20 anos | Quilombo |
| E05 | 38 anos | 5ª série do ensino fundamental | 20 anos | Quilombo |
| E06 | 22 anos | 2º ano do ensino médio | 10 anos | Quilombo |

Fonte: elaborado pela autora (2025).

A senhora E01, negra, de 46 anos, que residente na parte alta, relata que acompanha notícias tanto de Picos quanto do Brasil por meio da televisão e do celular. Ela, assim como as demais mulheres entrevistadas, reconhecem que o bairro é pouco ou mal retratado pela mídia, aparecendo quase exclusivamente em notícias sobre

violência, criminalidade ou abandono público – como já foi evidenciado em outras pesquisas desenvolvidas no bairro.

A Entrevistada 06, negra, de 22 anos, residente do Quilombo, diz que “A maioria é morte ou prisão quando acontece aqui”. No seu entendimento, essa cobertura predominantemente policalesca da periferia contribui para o reforço de estereótipos sobre o território e sua população, uma vez que há uma associação direta de crimes ao bairro. A moradora também indica que o território influencia diretamente a forma como as pessoas do bairro aparecem nas notícias, seja como vítimas (de mortes) ou como envolvidos em crimes (prisões).

A percepção das entrevistadas evidencia a marginalização do Morada do Sol e de sua população, cuja visibilidade na mídia ocorre quase exclusivamente por meio de tragédias. – relatos que se repetem nas demais entrevistas. Ao enfatizar apenas acontecimentos trágicos, a cobertura contribui para a manutenção de desigualdades e limita a construção de uma narrativa mais equilibrada sobre essas comunidades.

Sobre a atuação da mídia local, em trabalho anterior (Barros; Santana, 2024) já havia sido evidenciado que a presença da imprensa no bairro se restringe, majoritariamente, a episódios de calamidade ou violência, como enchentes, desabamentos, homicídios e casos de latrocínio. Por outro lado, temas fundamentais para o cotidiano da comunidade – como saúde preventiva, ações da associação de moradores, reivindicações por serviços públicos, questões ambientais, manifestações culturais e artísticas – são frequentemente ignorados. Essa ausência de representatividade nos meios de comunicação contribui para reforçar estigmas, alimentar o imaginário negativo sobre o território e legitimar discursos que associam a pobreza à criminalidade.

Ao serem questionadas sobre o tipo de conteúdo que mais chama atenção, as senhoras E03, mulher negra, 18 anos, residente da parte alta, e E04, parda, 24 anos, residente do Quilombo, mencionam o entretenimento. Já outras, como E02, E05 e E06, destacam notícias trágicas, envolvendo violência, mortes e casos de feminicídio. Apenas a E01 relatou que além do jornal, costuma ver todo tipo de conteúdo. “Tudo o que aparecer eu assisto” (Informação verbal, 2025). Essa atenção maior a conteúdos de teor negativo pode estar relacionada à realidade vivenciada no bairro, muitas vezes estigmatizada pela criminalidade e incentivada pela maneira como a mídia recorrentemente trabalha a pauta.

No que se refere a pauta de gênero, as entrevistadas relatam que, ainda que haja mulheres na mídia, estas aparecem majoritariamente em contextos negativos, associados a situações de violência, tragédias ou pautas policiais. A ausência de representações positivas reforça o que estudos sobre interseccionalidade indicam: a sobreposição de opressões - pelo fato de serem negras, mulheres e moradoras de uma área periférica - limita o acesso delas a espaços midiáticos de destaque e ao protagonismo social.

E E02 é mulher negra, de 49 anos, residente na parte alta do morro. Durante a entrevista, chamou atenção a presença do companheiro ao longo de boa parte da conversa. Sua presença influenciou nitidamente tanto nas respostas quanto no comportamento da entrevistada. Era perceptível que ela se retraía enquanto ele falava e, embora ele não a interrompesse diretamente nem ditasse suas falas, ela não parecia confortável para responder plenamente enquanto ele estava por perto. Quando ele se ausentou, a entrevista seguiu de forma mais leve, e foi possível notar um maior conforto por parte dela em se expressar.

É importante mencionar que no período das entrevistas, o Piauí tinha registrado um alto número de casos de violência e feminicídio, o que pode ter interferido tanto na atuação midiática quanto na percepção dessas mulheres. Segundo o relatório da Rede de Observatórios da Segurança, o Piauí registrou, em 2024, um aumento de 17,8% nos casos de violência de gênero, em comparação com 2023.⁶ Em relação ao feminicídio, os dados do DATASSP, da Secretaria de Segurança Pública (SSP-PI), apontam um número superior. Dos 182 casos ocorridos entre 2022 e 2025, 56 foram registrados em 2024, um aumento de 32% em relação ao ano anterior.⁷ Até março de 2025, já são 18 feminicídios confirmados no estado.

A limitação no acesso e na leitura crítica dos meios de comunicação pode ser vista como uma consequência das múltiplas dimensões da exclusão social. Nesse contexto, o bairro não sofre apenas com a ausência de serviços públicos, mas também

⁶ O Relatório Anual da Secretaria de Segurança Pública (SSP) do Piauí indicou que 40 mulheres foram assassinadas no estado em 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2025/03/13/piaui-teve-segunda-maior-taxa-de-registros-de-violencia-contra-a-mulher-em-2024-aponta-relatorio.ghtml>.

⁷ A cada 100 mulheres vítimas de feminicídio no Piauí, apenas 10 possuía medida protetiva; 13% das vítimas registraram boletim de ocorrência, disponível no site da Secretaria de Segurança Pública do estado do Piauí: <https://www.ssp.pi.gov.br/a-cada-100-mulheres-vitimas-de-feminicidio-no-piaui-apenas-10-possuia-medida-protetiva-13-das-vitimas-registraram-boletim-de-ocorrencia/>.

com uma exclusão simbólica: a dificuldade de se reconhecer como sujeito nas narrativas produzidas pela mídia.

Sob a perspectiva do gênero, todas as entrevistadas percebem que as mulheres têm menor espaço na mídia quando comparadas aos homens. Algumas, como a entrevistada E05, mulher negra, 38 anos, residente do Quilombo, relatam que na sua percepção são justamente as mulheres que mais falam quando jornalistas visitam o bairro. Ela mesma se identifica como uma voz ativa da comunidade. No entanto, ao refletir sobre a cobertura jornalística mais ampla, reconhece que a predominância é masculina.

Aqui quem fala mais são as mulheres. Quando eles vêm procura mais eu, porque eles sabem que eu não tenho medo de falar, e a vizinha aqui. Só nós mesmo, mas quando eu presto mais atenção mesmo, no geral, é mais homem, mulher eu não vejo muito não. Não sei porque isso acontece, mas geralmente quando eu vejo assim na TV é mais homem, é mais difícil mulher. Assim, a gente vê mulher, mas não vê. Porque eu acho que as mulheres tinha mais direito de falar do que os homens (E05, informação verbal, 2025).

Entre todas as participantes, a E05 foi a que demonstrou maior consciência sobre a importância da presença feminina no jornalismo. Defendeu que as mulheres deveriam ocupar mais espaço na mídia, tanto em quantidade quanto em termos de relevância. Pelas suas falas, percebe-se uma compreensão do jornalismo como ferramenta de transformação social, possivelmente influenciada pelo fato de já ter sido entrevistada anteriormente por veículos de comunicação.

Outro aspecto relevante nas entrevistas é a identificação (ou ausência dela) das participantes com as mulheres que veem na mídia. A E03, diz perceber que há pouca participação, e quando isso acontece, há uma predominância de mulheres brancas. As demais relataram que não costuma ver mulheres parecidas com elas. Essa ausência de representação pode reforçar o sentimento de invisibilidade e contribuir para a desvalorização da autoestima e da identidade dessas mulheres.

A análise das falas permite identificar uma contradição fundamental: embora as entrevistadas reconheçam a presença de mulheres na mídia, essa aparição ocorre principalmente como vítimas ou em contextos trágicos. As falas de E02, E03, E04, E05 e E06 são sintomáticas disso, pois relacionam as mulheres nas notícias, quase sempre, com casos de agressão, feminicídio ou abandono. A E03 relatou sentir-se

triste ao ver esse tipo de notícia, que é recorrente em suas redes sociais e em programas televisivos.

Quando homem mata mulher, ah, eu fico mal. Me sinto mal, porque direto aparece na TV, no Instagram, o povo dizendo que o homem matou a mulher, assassinou a mulher. A gente se sente mal, porque era uma mulher. Não tinha como se proteger. É uma coisa muito ruim (E03, informação verbal, 2025).

Percebe-se na fala acima que o próprio discurso feminino pode incorporar elementos que reforçam uma cultura predominantemente machista, ao afirmar que a mulher, enquanto vítima, não tinha meios para se proteger. À luz da interseccionalidade, a fala demonstra uma realidade marcada por desigualdades que se cruzam, como o fato de ela ser mulher, negra, jovem e moradora de um bairro periférico. Não se trata apenas de não saber como agir, mas de viver em um contexto em que os caminhos para buscar ajuda ou se defender são quase inexistentes.

Do ponto de vista dos estudos de gênero, essa fala também expressa a naturalização da violência e do machismo estrutural contra a mulher. O acesso precário a redes de apoio, ausência do Estado e a exposição cotidiana à violência tornam a autoproteção praticamente inviável, não por incapacidade dessas mulheres, mas por uma estrutura que nega direitos básicos a determinados grupos sociais.

A questão racial surge de forma recorrente. A maioria afirma que vê mais mulheres brancas sendo entrevistadas ou ocupando espaços de fala na televisão. Algumas, como E01 e E04, dizem que reconhecem pessoas da mesma cor de pele, mas não com o mesmo jeito de vestir, falar ou viver. A representação parcial e descolada da realidade impede a identificação e contribui para a sensação de exclusão.

O sentimento despertado pelas notícias sobre mulheres também é recorrente: todas relataram sentir comoção, tristeza ou empatia diante de tragédias como feminicídios ou agressões. A E05, ao falar das mulheres espancadas por companheiros, declara: “Eu fico sentida” (Informação verbal, 2025). Já E06 menciona que, diante de algumas notícias, se coloca no lugar da vítima, e lembra com detalhes um caso de feminicídio ocorrido recentemente na região: “o homem matou a ex-mulher dele, que estava grávida e as crianças” (Informação verbal, 2025). Essa é a única entrevistada que se recorda de uma reportagem marcante, o que pode ser explicado

pelo forte impacto emocional da notícia, entretanto, evidencia que mulheres costumam aparecer como vítimas em notícias que envolvem tragédias.

Ao serem questionadas sobre possíveis mudanças na forma como a mídia retrata as mulheres, a maioria destacou o desejo por mais respeito, especialmente para mulheres negras. E03 reforçou esse ponto ao afirmar que gostaria uma mudança no tratamento das mulheres “independente da cor, do jeito, deveria ser tratada melhor” (Informação verbal, 2025). E05, por sua vez, vai além e sugere que, se pudesse mudar algo nas coberturas jornalísticas, mais mulheres deveriam aparecer como protagonistas nas reportagens. “Mulher, se eu tivesse o poder de mudar, eu acho que mostrar mais mulheres. Mais mulher trabalhando do que homem. Porque, assim, eu acho que nós mulheres sofre mais do que os homens” (Informação verbal, 2025).

Ao mencionar o trabalho, a entrevistada expressa a crença de que é possível abordar outros temas relacionados à rotina feminina, para equilibrar a participação em outros espaços. Esse aspecto está relacionado, por exemplo, a desigualdade no mercado de trabalho. Elevadas taxas de desemprego, salários reduzidos, obstáculos ao crescimento profissional e maior presença na informalidade – isso quando a mulher não é limitada às atividades domésticas –, são elementos que reafirmam os desafios na busca pela igualdade. A mídia, como reflexo da realidade, está historicamente condicionada na reafirmação dessas problemáticas em suas narrativas.

Do ponto de vista do jornalismo, as falas revelam uma compreensão crítica, ainda que intuitiva, sobre a seleção das fontes e dos assuntos. Sobre este aspecto, faz-se importante mencionar que em estudo anterior (Barros; Santana, 2023), baseado em um levantamento de publicações vinculadas ao bairro em portais jornalísticos em Picos, constatou-se um padrão de superficialidade presente nas matérias, os textos são curtos, objetivos e sem aprofundamento. Essa prática exclui o olhar social e o envolvimento direto da comunidade na construção das notícias, já que nenhuma das matérias analisadas apresenta moradoras ou moradores como fontes ou personagens das reportagens.

Além disso, o estudo apontou a predominância da reprodução de releases nas publicações, o que indica uma prática jornalística fragilizada em termos de apuração e produção própria, bastante comum na cobertura local e regional. A ausência de escuta ativa à população do Morada do Sol não apenas limita o reconhecimento das vivências locais, como também contribui para uma invisibilização simbólica que

impede a construção de narrativas mais complexas e humanas sobre o território (Barros; Santana, 2023).

Os achados mencionados estão alinhados com os relatos das mulheres entrevistadas, evidenciando inquietações comuns que indicam a ausência de histórias de vida das pessoas residentes do bairro na prática midiática local. Especificamente sobre as questões referentes ao gênero, é possível visualizar uma relação com o que foi mencionado pelas entrevistadas, que mulheres, sobretudo as negras, são frequentemente retratadas em contextos de violência, enquanto há uma escassez de reportagens que valorizem suas conquistas e capacidades.

As entrevistadas, ainda que de forma implícita, demonstram entender que a mídia não cumpre integralmente seu papel de valorização e empoderamento das mulheres, especialmente as negras e periféricas. O caso de E05 é reflete a importância da televisão como espaço que pode promover não só a voz, mas representatividade de comunidades que historicamente são invisibilizadas ou estigmatizadas: “Quando eu vejo uma mulher negra na televisão, eu fico orgulhosa” (E05, informação verbal, 2025).

Ficou evidente que para essas mulheres o jornalismo, especialmente o de caráter policialesco, tem sido o principal canal por meio do qual as mulheres aparecem, geralmente em condição de vítimas, reforçando estereótipos e contribuindo para uma imagem frágil da figura feminina. Além disso, a falta de identificação das entrevistadas com as personagens que veem na mídia, somada à quase ausência de mulheres negras em posições de fala ou protagonismo, aponta para uma lacuna na representatividade e na pluralidade de vozes no jornalismo. Isso demonstra a importância da interseccionalidade para compreensão da diversidade de experiências das mulheres na sociedade. Esse conceito ajuda a analisar como fatores como raça, classe, por exemplo, se entrelaçam e criam desigualdades específicas para diferentes grupos de mulheres.

A partir das entrevistas, foi possível observar como a interseccionalidade atravessa a percepção dessas mulheres sobre a cobertura jornalística em suas vidas e no local onde habitam. O cruzamento entre gênero, classe e raça fica evidente em suas falas, que indicam não apenas a ausência de representação midiática, mas também a presença estigmatizada das mulheres, que, na maioria das vezes, aparecem nas narrativas midiáticas como vítimas em notícias de cunho policialesco,

associadas a mortes, agressões e violência, e raramente ocupam posições de destaque nos noticiários.

Das seis mulheres entrevistadas, quatro são trabalhadoras domésticas, o que revela como a divisão de trabalho racializada e de gênero ainda se faz presente de forma muito concreta. Essas mulheres foram historicamente empurradas para funções de cuidado, em espaços que não são seus, e onde ocupam posições de subordinação. Esse tipo de ocupação influencia tanto sua percepção sobre o papel da mulher na sociedade quanto o nível de acesso que têm à informação.

Durante as entrevistas, foi possível perceber que a escolaridade não foi um fator determinante para o senso crítico presente nas respostas das entrevistadas. As entrevistadas que residem no Quilombo mostraram-se mais críticas e conscientes a respeito das temáticas abordadas nesta pesquisa, especialmente a E05. É possível que essa crítica esteja relacionada às contantes violências sofridas no cotidiano da população, como falta de saneamento básico, serviços de saúde e melhores condições nas ruas do Quilombo.

É importante observar também que, embora a E03 e a E04 tenham maior grau de escolaridade, isso não garantiu, por si só, uma consciência crítica aprofundada sobre a representação feminina na mídia. Ambas são jovens, e ainda assim demonstraram certa limitação em desenvolver respostas mais aprofundadas, o que sugere que a escolarização sozinha não rompe com os efeitos estruturais da exclusão social.

A classe social que elas ocupam se mostra um elemento definidor na percepção dessas mulheres. A entrevistada E02, por exemplo, teve contato com famílias de classes sociais mais altas devido ao seu trabalho como babá, o que pode ter ampliado sua visão crítica sobre o papel da mulher e a desigualdade racial. Já E05, por ter vivenciado experiências com a mídia, demonstrou enxergar a imprensa como instrumento de transformação social. Ambas ilustram como a vivência social e os lugares de circulação influenciam a maneira como se compreende o mundo, inclusive nas dinâmicas de poder e representação.

Foi reforçado, através dessas entrevistas, que a interseccionalidade não é apenas um conceito teórico, mas uma vivência concreta, que se expressa nas formas como essas mulheres percebem ou não seus lugares na mídia, na sociedade e nos discursos públicos. Suas falas, silêncios, inseguranças e até suas ausências de

memória jornalística são produtos de uma estrutura social que as mantém em posições de marginalidade simbólica e material.

Portanto, a percepção que essas mulheres têm da cobertura jornalística é atravessada por uma interseccionalidade que as coloca em um lugar de invisibilidade e estigmatização. Elas não apenas reconhecem as ausências, mas também demonstram uma consciência, ainda que indiretamente, sobre o papel do jornalismo na formação da opinião pública e na construção da imagem social das mulheres. A falta de notícias positivas ou de representatividade real gera distanciamento e desinteresse, mas também denuncia um sistema comunicacional que ainda não foi pensado para elas nem com elas.

Apesar disso, algumas entrevistadas demonstram consciência da potência, ainda que esta esteja marcada por limitações no acesso e na linguagem, mostra que há, nas margens, uma percepção crítica que pode e deve ser considerada nos debates sobre mídia, gênero e raça. Nas entrelinhas, há um chamado para que o jornalismo amplie seu olhar e adote uma abordagem mais ética, diversa e inclusiva, cumprindo seu papel social não apenas como transmissor de informações, mas como agente de transformação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo central analisar a percepção de mulheres do bairro Morada do Sol, em Picos/PI, sobre a perspectiva de gênero na cobertura jornalística local. Nesse mesmo sentido, a pesquisa discute também como gênero, classe, raça e território influenciam a forma como elas se percebem na mídia.

O bairro Morada do Sol foi escolhido por ser um espaço marginalizado tanto pelo poder público quanto pela mídia. Ao entrevistar mulheres do bairro, foi possível perceber que embora suas vivências sejam diversas, compartilham algo em comum: todas sentem que suas histórias são pouco valorizadas pela mídia. Quando o bairro aparece nas notícias, quase sempre é por conta de tragédias, violência ou problemas de infraestrutura. Essa realidade contribui com o distanciamento entre a população e a mídia local, e contribui para reforçar estereótipos e estigmas. Os dados apontam que esse distanciamento é construído não só pelas pautas construídas, mas como mulheres negras, com os mesmos modos de falar, vestir ou viver, em sua grande maioria são como colocadas apenas vítimas de violência ou tragédias.

Nesse sentido, como bem destacado pelas mulheres ouvidas, é importante olhar para a seletividade do jornalismo na escolha de fontes e para a recorrência de narrativas que reforçam estereótipos. Observa-se, que na comunidade, muitas vezes, são as mulheres que mais se posicionam diante da mídia – em casos de falta de infraestrutura, violência e tragédias, como já especificado ao longo do trabalho – embora isso nem sempre se reflita na cobertura jornalística mais ampla. Essa contradição deixa claro o abismo entre a realidade e a representação.

Outro ponto importante foi a falta de identificação. Quase não há espaço para retratar essas mulheres como protagonistas, líderes comunitárias, profissionais ou agentes de transformação social. As moradoras não se reconhecem nas personagens femininas que veem nos noticiários. Isso reforça a ideia de que seus rostos e vozes não são importantes.

A partir desses relatos, fica evidente que a cobertura jornalística local, em vez de contribuir para o empoderamento das mulheres da periferia, em especial do bairro Morada do Sol, reforça dinâmicas de silenciamento e exclusão. O jornalismo, que deveria cumprir um papel social de informar com ética, pluralidade e responsabilidade, ainda se mostra distante dessas vozes, o que inviabiliza a construção de uma

sociedade democrática, e acaba reforçando estruturas de poder que já operam em outras esferas sociais.

Por outro lado, as falas das entrevistadas também revelam uma semente de resistência. Algumas demonstraram orgulho por ocupar espaços de fala, ainda que restritos, e reconhecem o jornalismo como uma ferramenta com potencial transformador. Essa percepção abre caminhos para pensar em práticas jornalísticas mais inclusivas, que valorizem a escuta ativa, a diversidade de fontes e a produção de narrativas que rompam com os padrões hegemônicos.

Assim, este trabalho contribui para o debate sobre gênero, mídia e periferia, ao evidenciar como as mulheres do Morada do Sol se sentem e interpretam a cobertura jornalística local. Ao trazer essas vozes para o centro da discussão, a pesquisa reafirma a importância de uma abordagem interseccional nas análises de mídia, uma vez que gênero, classe, raça e território se sobrepõem e intensificam as desigualdades de representação.

Entre as contribuições desta pesquisa, destaca-se a valorização da escuta como metodologia sensível e politicamente engajada. Ouvir as mulheres do Morada do Sol foi mais do que uma estratégia de coleta de dados; foi um gesto de reconhecimento da potência de suas falas e da legitimidade de seus saberes. Essa escuta revelou não apenas carências, mas também resistências e desejos por mudança.

Para investigações futuras, recomenda-se ampliar o campo de pesquisa, incluir diferentes territórios considerados marginalizados na cidade e comparar as percepções com produtos jornalísticos, de modo a aprofundar a visão sobre a atuação da mídia frente às questões de gênero e periferia e propor estratégias que permitam suprimir esses distanciamentos.

Conclui-se, portanto, que o jornalismo local precisa urgentemente se repensar, rever suas práticas, escutas e escolhas editoriais. A transformação da mídia passa pela inclusão de novas vozes, pela construção de narrativas que quebrem estigmas e pela adoção de uma ética comprometida com a justiça social. Que este trabalho seja mais um entre tantos que buscam mudar o olhar e abrir espaço para que as mulheres da periferia deixem de ser apenas objeto das notícias e passem a ser, de fato, sujeitas de suas próprias histórias.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019.

ALLAN, Stuart. O jornalismo e a cultura da alteridade. **Brazilian journalism research**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 26-41, 2010.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2015.

BARROS, Ana Vanessa Torres; SANTANA, Flávio Menezes. Mídia local, Território e Cidadania: Análise da Cobertura Midiática sobre o Bairro Morada do Sol em Picos/PI. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO, 46., 2023, Belo Horizonte. **Anais** [...]. São Paulo: Intercom, 2023.

BARROS, Ana Vanessa Torres; SANTANA, Flávio Menezes. Percepções da comunidade do Bairro Morada do Sol, de Picos-PI, sobre atuação da mídia local. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO, 47., 2024, Balneário Camboriú. **Anais** [...]. São Paulo: Intercom, 2024.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: fatos e mitos**. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BENETTI, Márcia. Análise do Discurso em Jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia (org.). **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007. p. 107-122.

BILGE, Sirma; COLLINS, Patricia Hills. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (org.). **Globalização e regionalização das comunicações**. São Paulo: Educ/Universidade Federal de Sergipe, 1999. p. 51-72.

COLLIN, Françoise. Diferença dos sexos (teorias da). In: HIRATA, Helena *et al.* (org). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009, p. 59-66.

DANCOSKY, Andressa Kikuti *et al.* Masculinização e desfeminização no jornalismo em crise no Brasil (2012-2017). **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 30, n. 2: e75032, 2022.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. **Cartografias dos estudos culturais: uma versão latino-americana**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

GONÇALVES, Gean Oliveira. A lousa de Butler: notas sobre a inserção dos estudos de gênero no ensino de Jornalismo. **Revista Latino-americana de Jornalismo-Âncora**, João Pessoa, v. 6, n. 2, p. 109-132, jul./dez. 2019.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, Anpocs, p. 223-244, 1984.

GUSTAFSON, Jessica; NASCIMENTO, Fernanda. O jornalismo como prática discursiva de transformação social ou de manutenção das desigualdades de gênero? **Revista Comunicação, Cultura e Sociedade**, Curitiba, v.7, n.7, p. 32-48, dez. 2017.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. Análise de conteúdo em jornalismo. *In*: LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia (org.). **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007, p. 123-142.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. *In*: HIRATA, Helena (org.). *et al.* **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

MAZER, Dulce Helena. **Impressões do corpo feminino**: representações da mulher e do corpo-imagem na imprensa brasileira. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

SILVA, Márcia Veiga da. **Masculino, o gênero do jornalismo**: um estudo sobre o modo de produção das notícias. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação). Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SILVEIRA, Pedro Victor Lacerda da. Mídia e Jornalismo: as representações e os estereótipos simbolicamente mediados. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO, 42., 2019, São Luís. **Anais [...]**. São Luís: Intercom, 2019.

STOCKER, Pâmela Caroline. **Jornalismo e gênero**: produção e disputa de sentidos no discurso dos leitores. 2018. 191 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

WOITOWICZ, Karina Janz. A agenda feminista em foco no jornalismo alternativo: práticas de ativismo nos portais jornalísticos com perspectiva de gênero, AzMina, Catarinas e Think. **Anuario Estudios en Comunicación Social Disertaciones**, v. 17, p. 1-11, 2024.

WOITOWICZ, Karina Janz. Direito à comunicação e ativismo feminista: a construção de redes de mulheres na América Latina e o processo de apropriação tecnológica. **Alceu**, v. 19, n. 39, p. 62-74, 2019.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 15. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

APÊNDICE

INFORMAÇÕES BÁSICAS

Nome:

Idade:

Cor:

Nível de escolaridade/ estudou até que série?:

Religião:

Quanto tempo reside no bairro:

QUESTIONÁRIO

1. Por quais meios você costuma buscar informações sobre os acontecimentos do bairro e da cidade de Picos? Televisão, rádio, internet...?
2. Você acompanha só as notícias daqui de Picos ou do Brasil todo também?
3. Que tipo de notícia mais chama a sua atenção?
4. Os acontecimentos daqui do Morada do Sol aparecem nas notícias?
5. Você ou alguém daqui do Morada do Sol já deu entrevista para algum jornalista?
6. Você acha que as mulheres são chamadas para falar na televisão ou pra dar entrevista para o jornal?
7. Em quais notícias você vê mulheres sendo entrevistadas?
8. Você já viu alguma mulher parecida com você (na cor, forma de falar, jeito de se vestir) na mídia?
9. Como você se sente quando você vê alguma notícia sobre mulheres?
10. Na sua opinião, a televisão/no jornal as mulheres são tratadas diferentes por conta da cor da pele delas? Você já se incomodou quando viu uma notícia sobre mulheres?
11. O que você gostaria que mudasse nas reportagens que mostram notícias sobre mulheres?
12. Teve alguma história que você viu no jornal/na televisão que fala sobre mulheres?